

**RESOLUÇÃO 012/2016, 10 DE JUNHO DE 2016.**

**Dispõe sobre as normas de concessão de vale-transporte pelo Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – CIOP.**

**A Assembleia Geral Extraordinária aprovou, e eu** Presidente do Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista-CIOP, sanciono a seguinte Resolução:

**Art. 1º** - Aprovar as normas que regulamentam a concessão de vale-transporte aos empregados públicos ativos e/ou os contratados por tempo determinado e definir critérios para uniformizar os procedimentos de cadastro, controle, cadastramento, entre outros.

**Art. 2º** - É devido o vale-transporte aos empregados públicos que fizerem a opção expressa para recebimento do mesmo, quando então o Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – CIOP antecipará ao trabalhador para utilização efetiva em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa.

**Parágrafo único:** Entende-se como deslocamento a soma dos segmentos componentes da viagem do beneficiário, por um ou mais meios de transporte, entre sua residência e o local de trabalho. É utilizável em todas as formas de transporte coletivo público urbano ou, ainda, intermunicipal e interestadual com características semelhantes ao urbano, operado diretamente pelo poder público ou mediante delegação, em linhas regulares e com tarifas fixadas pela autoridade competente. Excluem-se das formas de transporte mencionadas os serviços seletivos e os especiais.

**Art. 3º** - É obrigatória a concessão de vale-transporte aos seguintes trabalhadores:

- os empregados públicos regidos pela CLT;
- os trabalhadores contratados por prazo determinado.

**Art. 4º** - É vedado o fornecimento do vale-transporte em espécie.

**Art. 5º** - Para recebimento do vale-transporte, o empregado público deverá informar ao Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista - CIOP, através do formulário Declaração de Opção do Vale-Transporte:

- endereço residencial;
- meios de transporte mais adequados ao seu deslocamento residência-trabalho e vice-versa;
- número de vezes utilizados no dia para o deslocamento residência/trabalho/residência.

**Art. 6º** - As informações fornecidas pelo empregado deverão ser atualizadas anualmente ou sempre que ocorrer alteração em um dos dados, sob pena de suspensão do benefício até o cumprimento dessa exigência. O beneficiário se comprometerá a utilizar o Vale-Transporte exclusivamente para o seu efetivo deslocamento residência-trabalho e vice-versa.

**Art. 7º** - O cadastramento será realizado todo mês de JUNHO de cada ano.

**Art. 8º** - No caso de cadastramento ou atualização de dados em virtude de mudança do endereço residencial, dos serviços e meios de transporte ou da quantidade diária de passes utilizados, o empregado deverá apresentar nova Declaração de Opção do Vale-Transporte juntamente com o comprovante de endereço, em seu nome ou do cônjuge. Nos casos em quem não houver comprovação de titularidade do empregado, este deverá comprovar o vínculo.

**Art. 9º** - O empregado que não comparecer ao trabalho por motivo particular, de atestado médico, férias, licenças (maternidade, paternidade, remunerada, não remunerada, etc.), não terá direito ao vale-transporte referente ao período do não comparecimento.

**Parágrafo único:** Caso o vale-transporte referente a este período tenha sido adiantado e não devolvido pelo empregado, resta justo o seu desconto ou a compensação para o período seguinte, após análise da ocorrência por parte do Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista - CIOP.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

---

**Art. 10** - Caberá abertura de Processo Administrativo Disciplinar ao empregado que se utilizar de declaração falsa ou usar indevidamente o vale-transporte.

**Art. 11** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Prudente/SP, 10 de junho de 2016.

ÊNIO MAGRO  
PRESIDENTE – CIOP

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE, CUMPRA-SE.

VALTER LUIZ MARTINS  
DIRETOR EXECUTIVO - CIOP